



► **Eurodeputada diz que faltam estatísticas fiáveis**

REGULAMENTO SOBRE RECENSEAMENTO DE POPULAÇÃO NA UNIÃO EUROPEIA

Jamila Madeira

apresentou ideias para melhorar métodos

■ **Estados-membros devem adoptar medidas apropriadas**

A eurodeputada socialista algarvia **Jamila Madeira** apresentou na passada semana uma série de emendas ao Regulamento sobre recenseamento de habitação e de população na União Europeia apresentado pela Comissão e que está em apreciação no Parlamento Europeu.

Segundo aquela parlamentar, as instituições europeias e nacionais necessitam de informação suficientemente fiável sobre a população e a habitação na UE. Nos vários domínios de intervenção da União, quer sejam económi-

cos, sociais ou ambientais, são necessários dados de alta qualidade sobre a população para ajudar a formular objectivos operacionais e avaliar os progressos realizados. E os dados de recenseamentos possibilitam comparações válidas entre Estados-Membros.

A deputada, responsável do Grupo PSE pelo dossier nas Comissões de Emprego e de Desenvolvimento Regional do PE, defende que o Regulamento integre dados estatísticos periódicos sobre a população e as principais características das famílias "necessários para o estudo e

a definição de políticas regionais, sociais e ambientais". Outra proposta de alteração considera "necessário que a recolha de estatísticas se faça no respeito pela imparcialidade, transparência, fiabilidade, objectividade, independência científica".

A eurodeputada socialista pretende que o Regulamento seja mais completo por forma a integrar também estatísticas sobre a população local ao nível do município. Por outro lado, "propõe que os Estados-Membros tomem todas as medidas necessárias para garantir a qualidade e a

fiabilidade dos dados".

Em relação aos tópicos analisados pelas estatísticas, **Jamila Madeira** apresentou várias alterações no sentido de completar as informações, tendo em conta a dimensão do núcleo familiar, do agregado doméstico privado, da classificação ambiental e energética, situação profissional, acesso à banda larga, disponibilidade de água e luz, acessos aos edifícios públicos e privados para pessoas com incapacidades várias, transportes e circulação urbana, mobilidade dentro da habitação e do edifício da habitação.